

PSDB discute processo de reestruturação e de fortalecimento do partido

Na primeira reunião após as eleições, a Executiva Nacional do PSDB discutiu nesta quinta-feira (18) conduzir um processo de reestruturação e fortalecimento da legenda. O primeiro desafio é organizar as convenções municipais, estaduais e nacional. “Haverá uma ação com vistas às convenções”, anunciou o presidente do partido, senador **Sérgio Guerra (PE)**. Os encontros serão realizados, respectivamente, até os dias 20 de março, 17 de abril e 29 de maio.

Durante o encontro, foi criado um grupo que vai sugerir a agenda de trabalho. “Vamos propor medidas para que essas convenções já estejam inseridas no projeto de reconstrução, ampliação e democratização do partido”, acrescentou Guerra. O grupo será formado pelo líder do PSDB na Câmara, **João Almeida (BA)**, pelo secretário-geral, **Rodrigo de Castro (MG)**, pelos deputados **Luiz Paulo Vellozo Lucas (ES)** e **Carlos Sampaio (SP)**, além do deputado licenciado Walter Feldman (SP).

A primeira medida prevista é o recadastramento dos filiados, a fim de incentivar a participação e o vínculo efetivo dos militantes e simpatizantes com a legenda. Também deverá ser feita outra reunião, mais ampla, que deverá ter a participação do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, do ex-governador José Serra (SP), de senadores, entre eles Aécio Neves (MG), e também dos deputados eleitos.

Neste encontro, deverá ser discutida a proposta de Aécio de formar um grupo de notáveis para reformular o programa do partido. Antes desta reunião maior, deverá haver um encontro dos governadores eleitos pelo partido. Ela está sendo preparada pelo governador reeleito de Alagoas, Teotônio Vilela, que esteve nesta quinta-feira (18) em Brasília.

Um consenso da reunião da Executiva é que o partido fará “dura oposição” ao governo federal como forma de defender os 45% de eleitores que votaram no candidato à Presidência José Serra.

“Estamos motivados para empreender um programa audacioso de fortalecimento das bases do partido”

■ Deputado **Luiz Paulo Vellozo Lucas**, presidente do ITV

Falta de autonomia de Dilma abre espaço para terceiro mandato de Lula, avalia Tripoli


O deputado **Ricardo Tripoli (SP)** condenou nesta quinta-feira (18) a atitude da presidente eleita, Dilma Rousseff, de pedir socorro ao atual presidente para resolver a crise política com o PMDB, o principal partido da coligação que elegeu a petista. Na avaliação do parlamentar, um chefe de Estado deve estar preparado para lidar com situações de pressão, mas a futura presidente demonstrou despreparo e inexperiência quando recorreu à Lula para conter a primeira crise de relacionamento com sua futura base de sustentação dentro do Congresso.

Para Tripoli, é inaceitável que o atual presidente atue como uma “sombra” no próximo governo. Segundo o tucano, o problema poderá afetar seriamente o controle da máquina administrativa, levando o país a uma situação de insegurança política. “Há uma questão política muito clara de que a continuidade do governo será um terceiro mandato do presidente Lula por falta da autonomia que a futura presidente demonstra ter”, condenou.

Segundo reportagem do jornal “Estado de S. Paulo”, o presidente Lula agiu rapidamente e saiu na defesa de Dilma após a montagem de um megabloco

partidário na Câmara liderado pelo PMDB com 202 deputados e do qual também participariam o PR, PP, PSC e PTB. A ação foi combatida por Lula menos de cinco horas depois do anúncio do bloco. O presidente assumiu a situação e operou nos bastidores para implodir a cobrança por espaços dentro do governo ao tirar da divisão o PR e o PP.

O deputado afirmou que Dilma deverá espantar a impressão de que Lula terá mais participação no seu governo do que deveria e precisa assumir claramente as articulações políticas de sua gestão. “A autonomia deverá ser de Dilma e esse vínculo que se demonstrou até hoje não pode perdurar”, alertou.

O parlamentar disse ainda estar temeroso de que esses problemas levem a presidente eleita a não cumprir o que prometeu à opinião pública durante a campanha. De acordo com Tripoli, independentemente do que for decidido e operado entre o PT e o PMDB, a oposição irá cobrar a execução das promessas feitas antes das eleições. “Nós vamos exigir a execução do programa de governo que ela apresentou e as medidas que a presidente disse que iria tomar para fazer com que o Brasil fique igual ou melhor do que está”, concluiu. 



Tucanos desconfiam da capacidade do próximo governo de reduzir a dívida pública

Deputados do PSDB não acreditam na promessa da presidente eleita, Dilma Rousseff, de reduzir a dívida pública e os juros a pagar pelo endividamento da União. Os tucanos também concordam com o editorial do jornal "O Estado de S. Paulo", publicado nesta quinta-feira (18), que diz ser difícil imaginar como Dilma produzirá este "milagre". Dados publicados pelo Banco Central referentes às contas públicas dos primeiros meses deste ano revelam que os juros pagos pelo governo federal somaram R\$ 105,60 bilhões, enquanto o superávit primário (recursos usados para pagamento dos juros da dívida) é de apenas R\$ 54,835 bilhões.

Para o deputado **Duarte Nogueira (SP)**, a única sinalização na área econômica feita por Dilma até o momento foi de aumento na arrecadação por meio da volta da CPMF. "Estão tentando fazer a correção da casa come-

çando pelo telhado com aumento de impostos e não pelo alicerce que seria feito com o corte das despesas", ponderou o tucano.

Já o deputado **José Aníbal (SP)** espera que Dilma seja verdadeira quanto ao pagamento das contas públicas. "Eu espero que essa afirmação da presidente eleita não seja uma manifestação voluntarista, criando uma expectativa falsa sobre o que efetivamente vai acontecer", disse.

O deputado **Luiz Carlos Hauly (PR)** também espera que a nova presidente seja corajosa e patriota, diferente do presidente Lula que, segundo o tucano, defendeu o interesse do capital estrangeiro. "O presidente Lula fez uma política entreguista. Colocou nas mãos dos banqueiros internacionais boa parte da riqueza brasileira", acusou.  

Reforma da Previdência

■ Segundo o editorial do jornal paulista, o próximo governo precisará examinar com "realismo a política de endividamento do setor público". O texto também defende uma reforma na Previdência Social. "Não há dúvida de que uma reforma, das mais urgentes, seria da política do INSS, uma vez que esse organismo tem um déficit primário, e não um superávit".



■ Além disso, "O Estado de S. Paulo" também pede redução nas despesas com a máquina pública. "Caberia reduzir as despesas de custeio no financiamento de investimentos, para os quais podemos obter recursos externos mais baratos. São reformas prioritárias para melhorar a posição do Brasil no mundo", defende o jornal.

Programa nacional de plantio de dendê vai ampliar a renda de agricultores, afirma Rocha

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara aprovou por unanimidade na última quarta-feira (17) projeto de lei que cria o "Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil". Relatado pelo deputado **Roberto Rocha (MA)**, o objetivo da proposta é promover o cultivo sustentável do dendê no país. Um dado muito importante, segundo o parlamentar, é que grande parte das áreas propícias para o cultivo da palma de óleo tem forte presença na agricultura familiar. Segundo o tucano, o produto pode oferecer uma alternativa de plantio sustentável com alta produtividade e rentabilidade para essas famílias.

"Calcula-se que uma família na região Norte ou Nordeste consiga aumentar sua renda mensal de algo em

torno de R\$ 400, provenientes do trabalho nas lavouras de mandioca ou na extração do açaí, para até R\$ 2 mil", explicou. Rocha lembrou ainda que em 2008, por exemplo, o Brasil importou 63% do produto destinado à indústria, um crescimento de 45% em relação a 2003.

O projeto prevê a elaboração de um zoneamento agroecológico nacional identificando as áreas com potencial agrícola para o cultivo. A matéria prevê ainda a proibição do plantio do dendê em área com vegetação nativa – exceto no caso de empreendimentos já licenciados. O texto estabelece um regime rigoroso de sanções administrativas para quem descumprir a lei, com multas variando de R\$ 10 mil a R\$ 1 milhão.  

Leia também em nosso blog:

- Deputados cobram maior conscientização da população e empenho dos governos para combater a dengue
- Rogério Marinho: Planalto precisa garantir salário mínimo mais justo
- Macris pede investigação sobre convênios entre o Ministério do Turismo e ONG de São Paulo
- Direto do Plenário, com os deputados Marcelo Itagiba (RJ) e Raimundo Gomes de Matos (CE) e a senadora Marisa Serrano (MS)
- Direto do Twitter, com os deputados Arnaldo Madeira (SP), Duarte Nogueira (SP), Rodrigo de Castro (MG) e o senador Alvaro Dias (PR)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranco ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Arthur Filho, Djan Moreno, Letícia Bogéa e Renata Guimarães ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Fotos: Eduardo Lacerda

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>